

O MOVIMENTO SOCIAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA*

Vanderson Gonçalves Carneiro*

Introdução

Nosso trabalho busca discutir a re-emergência do tema e da prática da economia solidária no campo de ação de diversos atores sociais e políticos. O objetivo deste trabalho se limita à discussão do tema da economia solidária sob uma dimensão política que ressalte o atual momento da economia solidária como sendo de um movimento social que busca uma re-significação cultural.

Para destacar a dimensão política da economia solidária nos reportaremos em um sentido ético da economia que nos possibilita ressaltar a presença e/ou existência de outras formas de organização da produção diferentes da lógica utilitarista com valores que ultrapassam o auto-interesse material e o lucro como principais motivações humanas e, como essas características apontam para um movimento social contestatório.

Movimentos sociais e atividades econômicas: Princípios éticos e contestatórios

Em um sentido ético, a economia trata-se de uma atividade de produção e distribuição dos bens, ligada à natureza que concede a todos coletivamente os bens necessários que são úteis para a comunidade como um todo. Desta maneira, a economia é válida para a consecução de outras coisas ligadas à finalidade do bem para o homem, sendo que este bem não se restringe ao bem-estar material. Podemos destacar três características dessa economia em um sentido ético.

* Artigo apresentado no II Seminário Nacional Movimentos Sociais Participação e Democracia: GT1 - Movimentos sociais: novos olhares, perspectivas e desafios - do Núcleo de Estudos sobre Movimentos Sociais da UFSC

* Doutorando em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais – DCP – FAFICH/ UFMG. Contato: (31) 3499-5004 - E-mail: carneiro@fafich.ufmg.br

* Membro do Grupo de Estudos de Economia Solidária do Centro de Estudos Sociais - ECOSOL CES : <http://www.ces.uc.pt/ecosol>

Uma primeira característica desta economia ética está na forma em que o grupo toma a decisão do modo de produzir e distribuir os bens. A decisão ou o controle desta, não pode pertencer a um grupo ou sistema auto-regulável, mas sim à sociedade como um todo, que num processo de discussão coletiva e democrática decidem sobre os rumos da atividade econômica (Aristoteles, 1998). A proposta neste sentido é radical, pois dá a sociedade e os diversos grupos e interesses que a compõe, o direito de organizar a vida social independente ao sistema de mercado, baseando suas ações no plano da moral e do consentimento coletivo.

Uma segunda característica é, portanto, a presença de valores diferentes ao auto-interesse material e a autopreservação. Estudos sobre ética e economia (Sen,1999 e 1992) e sobre economia moral (Weber, 1997; Malinowski,1976; Mauss2001; Sahlins,2003) destacam a importância explicativa que as relações humanas e as convenções culturais têm no comportamento econômico.

Por fim, uma última característica da economia ética, está justamente em sua relação com o entorno cultural, ou seja, de não ser e, não ter um padrão universal e natural de produzir e de se comportar. A economia ética, ou qualquer outro sistema econômico, mantém em seu centro uma especificidade cultural ligada à produção do lócus simbólico (Sahlins,2003).

A importância em discutir os aspectos éticos da economia está na relação desta economia com uma especificidade cultural, indo desta forma, contra a tese utilitarista de ser a busca pelo próprio interesse uma característica natural do ser humano e desejável do ponto de vista da organização social. O destaque na especificidade cultural das formas econômicas possibilita-nos colocar em discussão que o que está em jogo não é saber da natureza humana para a ação econômica, mas que esta ação econômica baseia-se em uma particularidade evidenciada por um contexto cultural e social. Desta forma, concordamos com Karl Polany (1980) de que o sistema de mercado não é algo natural à sociedade, mas antes uma imposição de uma forma econômica específica a esta, buscando a todo o momento, subjugar as relações sociais típicas da sociedade à suas regras mercantis.

* Membro do Grupo de Estudos de Economia Solidária do Centro de Estudos Sociais - ECOSOL CES : <http://www.ces.uc.pt/ecosol>

Esta relação conflituosa entre sociedade e mercado fica mais bem exposta quando notamos na sociedade a existência de movimentos de reação às imposições realizadas pelo mercado à sociedade. Estes movimentos têm como fundamento principal reverter o lócus da produção simbólica, ou seja, reverter para a sociedade, o poder de decidir sobre o que, o modo e a forma de produzir, bem como a forma mais justa de distribuir os bens produzidos. Mas em que sentido os conflitos sociais, ligados às reações ao mercado podem ser considerados neste sentido?

Primeiramente podemos dizer que estas reações podem ser entendidas como conflitos sociais que possuem características éticas, pois buscam retomar para a sociedade o poder de dispor suas próprias ações. Estas reações não estão ligadas diretamente a uma privação material, mas é antes, uma reação que procura retomar o lugar onde a produção material é discutida e decidida. Assim, cabe discutir uma noção de movimento social envolvido por preocupações e questões éticas. Imaginamos isto sob dois focos de discussão:

O primeiro está relacionado ao debate sobre movimentos sociais de cunho distributivista / materialista e movimentos sociais que tem preocupações com o reconhecimento / identidades. Ressaltamos nesse debate que não há uma preponderância de um campo sobre o outro, mas uma inter-relação entre objetivos distributivistas e objetivos de reconhecimento. Especificamente para nossa reflexão consideramos importante a posição de Axel Honneth (2003) no debate teórico sobre o lugar das lutas pela distribuição e reconhecimento. Segundo Honneth, podemos trabalhar com a noção de que lutas por distribuição são lutas por reconhecimento, ou seja, a questão da privação econômica, material em um determinado contexto não é em si o motivo do conflito, mas é anterior a este momento, pois será na negação do consenso partilhado intersubjetivamente na sociedade que encontraremos o desrespeito, a injustiça.

Então a reação ao mercado não pode ser vista unicamente sob a perspectiva da privação material, ou seja, não podemos centrar em nossas análises se a reação se dá unicamente contra a privação *X* ou *Y* do mercado, se esta é forte ou fraca na sociedade e conseqüentemente no grau da injustiça ou da privação econômica que as pessoas estão submetidas. Mas, a reação ao mercado centra-se no lugar que este vem a ocupar e

* Membro do Grupo de Estudos de Economia Solidária do Centro de Estudos Sociais - ECOSOL CES : <http://www.ces.uc.pt/ecosol>

influenciar nas relações humanas, ou melhor, nos processos de construção dos consensos, dos sentidos da ação.

Assim, um segundo foco de análise se coloca. Até que ponto esta reação pode ser considerada um movimento de contestação ao sistema. Reivindicar o poder de decidir sobre o que se produz, pode ser visto como contestatório, como antagônico?

Com a ajuda da interpretação de Alberto Melucci (1999), achamos que sim. Mesmo que os movimentos sociais canalizem suas demandas na consecução de direitos e para isto tem que se relacionar com o Estado, eles podem ser considerados como movimentos sociais contestatórios.

Isto porque, concordamos com Melucci, que o mercado além de mercadorias faz circular símbolos. O mercado intervém na precondição da ação, influenciando assim o modo em que os sujeitos atuam. Então para ele, os conflitos sociais reivindicam uma defesa de sua identidade, trata-se do recurso à informação, principalmente na maneira que estes recursos são produzidos e distribuídos para os sujeitos.

Neste sentido, para Melucci o conflito baseia-se na busca do controle potencial para a ação e não mais em recursos materiais. Assim podemos dizer que são antagonistas ao sistema, pois são formas de organizar e interpretar de outra maneira o fluxo de informação, de designar o mundo de outro modo na prática do movimento.

Podemos dizer, portanto, que Melucci, assim como Honneth, está buscando na ação dos movimentos sociais traços que coloquem o sentido de suas ações como uma busca de aspectos que fogem da visibilidade aparente, ou seja, compartilham a idéia de que para entender os conflitos sociais devemos observar antes, aquilo que nega e controla a ação dos grupos. Para Honneth, é o desrespeito ao consenso intersubjetivamente compartilhado, para Melucci, é o controle do mercado sobre a própria produção do consenso.

Ambos concordam que as ações dos movimentos sociais não estão diretamente relacionadas à questão material. Uma aproximação dos dois autores é possível se tratamos a relação intersubjetivada para o consenso (Honneth) relacionada ao poder na produção da

* Membro do Grupo de Estudos de Economia Solidária do Centro de Estudos Sociais - ECOSOL CES : <http://www.ces.uc.pt/ecosol>

informação (Melucci), sendo que a submissão a esta capacidade de produção da informação interfere no próprio consenso.

O momento de re-significação cultural da economia solidária

A partir das características éticas e contestatórias da economia e dos movimentos sociais, podemos relacioná-las a uma atividade econômica que possa transparecer em sua prática características de uma re-significação cultural.

Entendemos que a Economia solidária pode ser esta prática desenvolvida na sociedade que expressa uma re-significação cultural. No entanto, antes de localizá-la no cenário atual é necessário realizar um percurso histórico tendo em mente momentos distintos da economia solidária. Isto porque, no cenário atual, há uma diversidade de atores e práticas que se misturam com a prática da economia solidária.

Assim trabalhamos o percurso histórico da economia solidária, subdividindo em três momentos. O primeiro consideramos como o de latente/visibilidade¹ – o que Singer (2002) chama de “cooperativismo revolucionário”. Nesse momento as formas associativas de produção e distribuição dos bens, exemplificada pelo movimento owenista e operário, experimentavam diretamente práticas diferentes ao modo capitalista de produzir. Estavam presentes então, na vida de uma parcela da população, que adotavam os princípios da autogestão e do cooperativismo no interior do próprio sistema capitalista. Desta forma, podemos dizer que neste momento as formas associativas estavam subentendidas na ação desses atores, pois estes adotavam práticas culturais diferentes da concebida como hegemônica e inclusive colocavam-na como opositora e contestatória deste sistema hegemônico. E, mesmo que suas ações não fossem adotadas pelo governo e ganhassem em

¹ Os Momentos/fases de Latência e de Visibilidade são conceituados por Melucci . A fase da latência, segundo ele, o grupo experimenta diretamente novos modelos culturais. Na fase de visibilidade há uma oposição à lógica dominante e uma mobilização do resto da sociedade para o modo de designar o mundo. Nesta fase de visibilidade podemos relacionar na prática dos movimentos sociais a idéia de que o conflito é por significados da ação, são processos que buscam redefinir o poder social. Dessa forma os movimentos sociais põem em ação uma política cultural, isto porque além de serem contestatório ao sistema, buscam uma re-significação cultural, buscam reverter para a sociedade o poder de dispor sobre os significados de suas ações.

visibilidade, suas ações procuravam divulgar para o resto da sociedade a existência de outras formas de organizar a vida social.

Em um segundo momento que denominamos de marginalização a economia solidária é vista apenas como paliativo de certas imperfeições transitórias do mercado, e não é por isso considerada uma forma de produção que possa gerar sustentabilidade econômica, dentro e fora do capitalismo, e tornar-se uma outra forma de organizar a produção e distribuição dos bens. Desta forma, não aceitar a pluralidade e diversidade de atores e práticas, restringe a economia solidária à economia de sobrevivência capitalista.

Por fim, um terceiro momento, coloca que diante de uma diversidade de atores e práticas, a economia solidária é vista em dois campos nem sempre muito distintos, devido a tênue linha que os separam. Em síntese, podemos dizer que existem no atual contexto, dois campos principais de interpretação sobre a economia solidária. Um primeiro campo a vê como um modo de produção e de socialização alternativo, com valores diferentes e antagônicos ao sistema capitalista, colocando-se como externa a este ou como coexistente em pelo menos um primeiro momento. Um segundo campo, a entende como um modo de produção vinculado totalmente ao sistema capitalista, adotando ou pelo menos, não questionando sua lógica.

A diferenciação entre estas duas interpretações marca um importante aspecto neste terceiro momento, pois além de experimentar outras práticas culturais, os atores que promovem a economia solidária necessitam se diferenciar de outras atividades econômicas que podem ser similares, mas possuem um sentido diferente. Desta forma, um grupo de atores que se inter-relacionam e comungam de uma concepção mais alternativa, migram para um campo comum de discussão e de práticas, que os distinguem de outros grupos e outras práticas similares.

Neste sentido acreditamos que neste terceiro momento, temos além das características do momento latente/visibilidades da economia solidária, uma preocupação maior com a

* Membro do Grupo de Estudos de Economia Solidária do Centro de Estudos Sociais - ECOSOL CES : <http://www.ces.uc.pt/ecosol>

visibilidade e com o significado cultural para as ações e atores desta. Os atores que promovem a economia solidária experimentam outras práticas culturais, diferentes à lógica capitalista, ao mesmo tempo em que buscam uma identificação nos atores, de práticas comuns de ação.

E, esta busca de identificação de práticas e princípios está ligada, a nosso ver, as características éticas da economia e dos movimentos sociais. Diante disso, consideramos a possibilidade de relacionar as características éticas da economia e dos movimentos sociais com os princípios da economia solidária.

Neste sentido, os princípios da autogestão, ou dos formatos coletivos e democráticos de gestão, vistos como princípios fundamentais da economia solidária, retratam a característica da economia ética na qual é a sociedade que toma a decisão do modo de produzir e distribuir os bens. Como vimos, a decisão ou o controle deste modo de produzir, não pode pertencer a um grupo, ou sistema auto-regulável, mas sim à sociedade que num processo de discussão coletiva e democrática decide sobre os rumos da atividade econômica. Cabe aqui ressaltar também, que outros valores estão presentes nos empreendimentos solidários servindo por um lado, de experimentações de práticas culturais diferentes e, por outro de resistência ao sistema de mercado.

Este aspecto de resistência, quando relacionado ao percurso histórico da economia solidária, ganha no atual contexto uma visibilidade no que se refere a suas práticas e aos seus princípios, principalmente, quando destacamos sua dimensão política. Neste momento há uma preocupação com o significado da economia solidária e, isto evidencia, portanto, que além de sua existência e possibilidade de sustentabilidade econômica, deve estar presente uma ação de publicização de seus princípios, bem como as características de um movimento social de cunho contestatório, que busca no fundo uma re-significação cultural.

A diversidade de atores e de práticas é notada tanto no lado dos empreendimentos econômicos solidários quanto nos atores que promovem e apóiam estes empreendimentos. Os resultados gerais, contidos no Atlas da Economia Solidária no Brasil - 2005, fruto de um

* Membro do Grupo de Estudos de Economia Solidária do Centro de Estudos Sociais - ECOSOL CES : <http://www.ces.uc.pt/ecosol>

mapeamento realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho – SENAES –MTE, nos dão uma visão preliminar desta diversidade.

Em relação aos empreendimentos econômicos solidários foram identificados 14.954. Os resultados indicam que na maioria dos empreendimentos sua fundação se deu a partir da década de 1990, sendo para esta década, 26,92% dos casos e, 38,70% para os anos entre 2000 e 2005, o que demonstra um forte aumento na criação destes empreendimentos. Destacam-se neste levantamento, as formas de organizações desses empreendimentos:

Tabela 1 – Formas de organização dos empreendimentos solidários

Forma de Organização	%
Associação	54%
Grupo Informal	33%
Cooperativa	11%
Outra	2%
Total	100%

Fonte: SENAES-MTE, 2006

Estes dados demonstram o formato em que a economia solidária se apresenta no atual contexto brasileiro, evidenciando por um lado, um crescimento vertiginoso dos experimentos produtivos e, por outro, uma forte presença de associações e grupos informais como formas de organização predominante, em contraposição, a forma de cooperativas, que teoricamente estão mais identificados com os princípios originais da economia solidária.

Questionados pelos motivos de criação dos empreendimentos - sendo possível responderem mais de uma opção - os dados mostram que, em boa parte dos casos, os empreendimentos

* Membro do Grupo de Estudos de Economia Solidária do Centro de Estudos Sociais - ECOSOL CES : <http://www.ces.uc.pt/ecosol>

solidários são vistos como alternativas reais de renda face o contexto de privação econômica, onde 45% declararam que o fator principal de sua criação foi a busca por alternativa ao desemprego. Já para 44% o motivo foi o de complemento de renda dos sócios. O formato associativo desses empreendimentos deve ser destacado, pois ele é visto como uma alternativa que possibilita melhores chances de ganhos em comparação a atividades individuais, sendo que 41% declararam que o motivo principal para a criação do empreendimento foi a obtenção de maiores ganhos em empreendimentos associativos e, em 31% dos casos o motivo foi a própria possibilidade da gestão coletiva das atividades.

Estes dados não nos possibilitam distinguir entre os empreendimentos, os sentidos de suas práticas. Ao contrário, parece nos indicar que a prática dos empreendimentos se volta apenas para a alternativa de emprego e renda, ou seja, voltada para ações que possam mitigar os efeitos negativos do capitalismo. De certa forma, a economia solidária tem esta função, até porque como dissemos acima, ela coexiste com o capitalismo e, por isso mantém relações com o mercado capitalista. No entanto, temos que ressaltar a importância em que os formatos associativos possuem como motivos para sua criação, inclusive porque o questionamento sobre qual o principal motivo de criação do empreendimento não foi direcionado para o sócio em particular, mas por qual motivo, o grupo escolheu nos empreendimentos solidários desenvolver alguma atividade econômica.

Contudo, um dado importante que contribui para o entendimento, de um sentido mais amplo das práticas dos empreendimentos é referente às formas em que se dá o processo de trabalho e decisão nesses empreendimentos. Isto porque, esta característica, com já dito acima é fundamental para o entendimento da atividade econômica como pertencente ao campo da economia solidária, ao mesmo tempo em que diferencia os empreendimentos solidários dos capitalistas.

Neste caso, os dados mostram que em 79% dos empreendimentos são realizadas assembleias e reuniões em um período de até três meses, sendo que em 49,5%, esta periodicidade é quinzenal. Já 66% dos empreendimentos afirmam que existem mecanismos de participação nas decisões cotidianas, inclusive na eleição da diretoria (62%), na

* Membro do Grupo de Estudos de Economia Solidária do Centro de Estudos Sociais - ECOSOL CES : <http://www.ces.uc.pt/ecosol>

prestação de contas (62%) e, no acesso a registros e informações dos empreendimentos (60%).

Outro dado interessante neste sentido refere-se à cooperação entre eles e a inter-relação desses com a sociedade. No que tange à cooperação, 37% adquirem insumos dos próprios associados ou de outros empreendimentos, bem como comercializam ou trocam produtos e serviços entre eles. Quanto ao compromisso e participação social, 67% afirmam se preocupar com a qualidade de vida dos consumidores de seus produtos e serviços e, 58% afirmam ter compromisso social e comunitário. Importante ainda é a participação desses empreendimentos em movimentos sociais (59,4%) e, em redes e fóruns de economia solidária (42,2%).

Em suma, se os empreendimentos não possuem em sua forma de organização uma clareza dos seus objetivos e valores, quando destacamos o processo de discussão e decisão interno desses empreendimentos, podemos relacioná-los como atividades econômicas que possuem características da economia solidária. Não obstante, a relação desses empreendimentos solidários com movimentos sociais, fóruns e redes de economia solidária, podem nos indicar, por um lado a estreita relação, senão origem, desses empreendimentos com movimentos sociais e populares, e por outro indicar um movimento de identificação de práticas comuns diante da própria diversidade de ações presentes no atual momento.

Já pelo lado dos atores que apóiam a economia solidária, os dados não são muitos diferentes. Foram identificadas 1.120 entidades de apoio e fomento. Quanto a natureza jurídica dessas entidades os dados são bem interessantes.

Tabela 2 – Natureza Jurídica das entidades de apoio e fomento à economia solidária

Natureza Jurídica	%
Ongs com natureza jurídica de associação	46%
Fundações privadas (Ongs)	13%
Organizações da sociedade civil de interesse público –OSCIPS	12%

* Membro do Grupo de Estudos de Economia Solidária do Centro de Estudos Sociais - ECOSOL CES : <http://www.ces.uc.pt/ecosol>

Organização sindical	7%
Organização sem registro legal	7%
Organização social – OS (lei n. 9.637).	6%
Outras	9%
Total	100%

Fonte: SENAES-MTE, 2006

A preponderância do formato Ongs para as entidades de apoio e fomento à economia solidária retrata a diversidade de atores, bem como a dificuldade de identificação desses se levarmos em conta apenas esta variável. O fenômeno das Ongs merece ser estudado à parte, mas podemos comentar aqui, que seu formato diz muito sobre muitas coisas e, não permite em uma análise superficial, indicar os sentidos de suas práticas. Desta forma é interessante notar os dados sobre o tipo de apoio e atuação dessas entidades. Em 39,46% dos casos a atuação se baseia na formação e, em 34,73% atuam na mobilização e articulação.

Outro dado que nos ajuda a clarear as práticas desses atores é referente a existência de algum tipo de vínculo ou relação com outras entidades. 43,5% das entidades declararam não possuírem vínculos com outras organizações. Os restantes, 56,5% possuem vínculos principalmente com instituições religiosas (24%) e movimentos sindicais (11,7%). Mesmo não dispondo aqui de meios para cruzar as duas variáveis (tipo de vínculo e tipo de atuação), supomos ser convincente que, as entidades que possuem vínculos têm participação acentuada na atuação em mobilizações e articulação. Da mesma forma, se colocarmos a categoria “Ongs com natureza jurídica de associação” como variável dependente e a variável, tipo de vínculo, como independente, teremos uma diferenciação entre entidades que pode nos indicar uma migração para um campo comum de ação.

Neste sentido, se relacionamos os dados sobre os empreendimentos com os dados sobre as entidades, podemos dizer que, se por um lado temos uma grande diversidade de experimentos e de entidades sem uma identificação clara de seus princípios, por outro, os dados sobre a participação dos empreendimentos em movimentos sociais, fóruns e redes e o

* Membro do Grupo de Estudos de Economia Solidária do Centro de Estudos Sociais - ECOSOL CES : <http://www.ces.uc.pt/ecosol>

tipo de vínculo da entidade de apoio, podem nos indicar justamente o fenômeno dito acima da existência de um campo ético-político nos quais alguns atores se agrupam com o intuito de uma identificação mais clara para a sua atuação no campo da economia solidária.

Neste sentido, o interessante em notar nos dados acima é a disposição dos atores e suas inter-relações. Isto porque, mais do que mostrar a existência da economia solidária no contexto atual é mister olhar os dados sobre uma perspectiva de identificação dos princípios e dos atores que promovem a economia solidária. A intenção da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho – SENAES ao realizar o mapeamento da economia solidária foi propiciar uma visibilidade para essa prática econômica, situando seus desafios e gargalos, para assim, realizar ações que possam contribuir para o crescimento da economia solidária.

Mesmo assim, entendemos que esta visibilidade ganha em importância se localizarmos na diversidade de atores um movimento de identificação de uma prática comum que seja, ao mesmo tempo uma alternativa de renda e uma forma cultural diferente à lógica capitalista. Neste sentido, é importante destacar nos atores este movimento de identificação, que coloca a própria economia solidária como um movimento social imbuído de uma dimensão política de re-significação cultural.

Desta forma, entendemos que nesse momento de re-significação da economia solidária, em especial, o enfoque em sua dimensão política e a construção de campos comuns de discussão, contribui na definição dos atores que a promovem e no entendimento do modo pelo qual podemos concebê-la como um movimento social.

A economia solidária como movimento social

A distinção dos atores que atuam em um mesmo cenário, deve ser buscada nos movimentos de inter-relação e articulação que certos atores fazem, com o objetivo de construir uma plataforma comum. Talvez os casos mais precisos para essa migração para um campo

* Membro do Grupo de Estudos de Economia Solidária do Centro de Estudos Sociais - ECOSOL CES : <http://www.ces.uc.pt/ecosol>

comum de discussão, sejam a formação de diversos Fóruns e Redes que se espalham por todo país com o objetivo principal de articulação entre os diversos atores.

A construção de Fóruns e Redes, que discutem o tema da economia solidária, levanta a questão da possibilidade de materializar um projeto comum alternativo, levando em consideração valores e práticas diferentes, dentro do campo dos atores sociais, que promovem a economia solidária.

Podemos destacar aqui, por exemplo, a criação da Rede Brasileira de Economia Solidária. Esta Rede é formada por um conjunto de organizações que promovem as mais diferentes iniciativas de apoio e articulação de “uma parte das tão diversificadas práticas da economia solidária no país”, construindo fóruns e redes locais e estaduais de participação². Esta rede vem trabalhando com o objetivo de construção

“da unidade na diversidade, ou melhor, o esboço de uma identidade para o campo da economia solidária, reconhecendo e valorizando as contribuições específicas de cada organização”. (GT, 2003, p.14).

O que identifica esta Rede com a linha interpretativa aqui assumida, é quando focamos na concepção dada, por esta à economia solidária. A economia solidária é considerada como uma estratégia de direitos humanos, que pode contribuir para um novo “padrão de desenvolvimento e sociabilidade alternativa à sociedade de mercado” (GT, 2003, p.13). Esta rede faz então, a relação da economia solidária, concebida como uma nova sociedade alternativa ao capitalismo à idéia de materializar um projeto comum entre as diversas práticas. É um projeto alternativo que busca dentro do sistema capitalista, uma defesa da sociedade ao mecanismo de mercado.

² O GT Brasileiro de Economia Solidária tem os seguintes participantes: ADS-CUT (Agência de Desenvolvimento Solidário/Central Único dos Trabalhadores); ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária); ABCRED (Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Micro-crédito, Crédito Popular e Entidades Similares; Cáritas Brasileira; Fase Nacional (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional- Programa Trabalho e Socioeconomia Solidária); IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas); PACS (Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul); RBES (Rede Brasileira de Economia Solidária); ITCP (Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares); UNITRABALHO (Rede Interuniversitária de Estudos e pesquisas sobre o Trabalho).

Outro campo importante, ligado a esta Rede, na articulação dos diversos atores é o Fórum Brasileiro de Economia solidária – FBES. É interessante notar em sua Carta de Princípios características que buscam uma identificação comum para os grupos que participam do FBES e ao mesmo tempo, características que os diferenciam de outros atores. Neste sentido este FBES traz alguns pontos convergentes entre as diversas origens e práticas da economia solidária que estão em consonância com nossa discussão. Interessantes também são alguns pontos levantados por este Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES que os diferenciam de outras práticas. Estes pontos estão descritos como “A economia solidária não é”.

Temos que destacar ainda, nestes Fóruns e Redes, suas ações voltadas para a divulgação e disseminação dos princípios da economia solidária para o resto da sociedade. Para este ponto, é interessante notar a relação desses atores com a sociedade política, principalmente para a inclusão da economia solidária como uma política pública. No FBES destaca-se a Plataforma de Economia Solidária nos seguintes pontos: Marco Legal, Finanças solidárias, Educação, Redes de produção, Comercialização e consumo, Democratização do conhecimento e da tecnologia e, Organização Social da economia solidária (FBES, 2006). Em todos estes pontos ficam evidentes os princípios da economia solidária com uma estratégia de criação de redes de ação e valores comuns, com objetivos de disseminar a prática da economia solidária.

Este momento de re-significação da economia solidária ganha força quando estas ações estão direcionadas para a construção de políticas públicas. Fica notório como cada ponto desta plataforma volta-se de um jeito ou de outro para este objetivo. O Estado, o poder público é cobrado a todo instante a instaurar políticas públicas, redefinir uma legislação para os empreendimentos e para os trabalhadores, etc. O interessante é que esta estratégia não se resume a influenciar a sociedade política sob a importância de adotar uma ou outra ação.

Na verdade, o próprio modo de decidir a política está em questionamento. A dimensão política da economia solidária procura redefinir o lugar das pessoas frente aos processos

* Membro do Grupo de Estudos de Economia Solidária do Centro de Estudos Sociais - ECOSOL CES : <http://www.ces.uc.pt/ecosol>

alheios à atividade humana, por isso a participação nas decisões sobre as políticas e a democratização do Estado é um ponto deste re-posicionamento.

A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho – SENAES vista como fruto da organização e pressão desta Rede ao Governo Federal, pode nos dar uma ideia sobre este posicionamento diante do Estado e, a proposição por políticas mais democráticas, igualitárias e participativas. A SENAES vem desde sua criação, trabalhando em parceria estreita com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES. Entre algumas ações destacamos duas que nos mostram este caráter de visibilidade, identificação, participação nas políticas públicas e re-significação. São elas, a proposta de Feiras de Economia solidária e os Centros Públicos de Economia Solidária.

As Feiras de Economia Solidárias fazem parte das atividades, previstas na Ação de Consumo Ético e Comércio Justo do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, previsto no PPA 2004/2007 do governo Federal. No termo de referência do Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia solidária no Brasil (BRASIL/ SENAES/MTE, 2005a), fica claro que o objetivo principal destas Feiras é promover e estimular o consumo de bens e serviços produzidos pelos empreendimentos solidários e, ao mesmo tempo, distribuir de forma mais justa a renda que geram – aproximando-se das aldeias cooperativas owenistas. Uma característica de visibilidade destas Feiras está em seu formato. Estas não se limitam a serem espaços de exposição e comercialização dos produtos dos empreendimentos solidários, mas também como espaços de

Formação e informação aos empreendedores por meio de oficinas temáticas; espaço de estímulo e divulgação do Consumo Responsável dos produtos e serviços em exposição; espaços de publicização e divulgação das ações das várias instituições (governamentais ou não) e grupos de economia solidária; espaço de difusão conceitual e filosófico da economia solidária para o público em geral que participam das feiras; e espaço para a realização de atividades artísticas e culturais relacionadas a economia solidária.(SENAES/MTE, 2005)

Da mesma forma, os Centros Públicos de Economia Solidária tem por objetivo, o fortalecimento e fomento da economia solidária (SENAES/MTE, 2005b). Estes se caracterizam principalmente por serem espaços que abriguem a realização de atividades de

* Membro do Grupo de Estudos de Economia Solidária do Centro de Estudos Sociais - ECOSOL CES : <http://www.ces.uc.pt/ecosol>

articulação, formação e capacitação e, ao mesmo tempo, sirvam de espaços para empreendimentos que estejam em processo de formação ou incubação. Estes Centros possuem o objetivo, portanto de construir um espaço que possa contribuir na formação de uma identidade e visibilidade da economia solidária para o conjunto da sociedade.

Uma característica interessante desses Centros está no seu processo de criação. Isto porque, deverá ser respeitado um processo de participação e discussão dos atores envolvidos com a economia solidária em determinada localidade, bem como da sociedade em geral. Para isto, deverão ser realizadas audiências públicas para que se possa submeter à comunidade, os projetos de criação dos Centros Públicos de Economia Solidária.

O enfoque dado aos atores que promovem a economia solidária e principalmente nos Fóruns e Redes que estes formam com o intuito de manter uma concepção original de economia solidária nos ajuda a relacioná-la como um movimento social contestatório. Este movimento social, por sua vez, tem características de um conflito ético e moral, baseado na negação de um acordo partilhado intersubjetivamente na sociedade. Este movimento ainda se expressa, tendo como foco a ampliação de direitos, principalmente quando vinculadas a uma política pública, e a proposições de novas formas de se organizar as relações sociais, tendo no fundo características de uma re-significação cultural.

A especificidade neste movimento social da economia solidária é que ele, não se pauta, portanto na experimentação ou na busca de formas, que possam incidir apenas superficialmente nos efeitos perversos do sistema de mercado. Vai além disso. Na dimensão econômica, a economia solidária tem como princípios, a solidariedade e a autogestão. Nestes, as atividades solidárias se pautam em práticas participativas que buscam uma justa distribuição e a melhora das condições de vida de todos os participantes. Na dimensão social e política, a economia solidária pode ser entendida como um movimento social que pretende ser uma alternativa de se organizar a vida social.

Neste sentido, se na dimensão social o objetivo é a retomada de valores como o da reciprocidade, do igualitarismo e da democracia, na dimensão política o objetivo é se

* Membro do Grupo de Estudos de Economia Solidária do Centro de Estudos Sociais - ECOSOL CES : <http://www.ces.uc.pt/ecosol>

posicionar diante dos processos de tal forma, que o lócus da produção simbólica possa ser contestado e re-significado. Desta forma, a economia solidária entendida como um movimento social aproxima-se da discussão que fizemos acima sobre o debate entre a redistribuição e reconhecimento.

A economia solidária, muitas vezes é entendida como alternativa de geração de renda, e por isso pode ser considerada como parte da ação de alguns movimentos sociais que trabalham com aspectos materiais, re-distributivos. Nesta perspectiva, a função da economia solidária é combater as injustiças econômicas que trazem a exploração, a marginalização e a privação de um padrão material adequado de vida. No entanto, como discutimos acima, a dimensão política da economia solidária pressupõe um movimento social que ultrapassa questões materiais, sendo que a própria noção de redistribuição se vincula a esta dimensão política, pois são critérios éticos e morais, ou melhor, são princípios da economia solidária que estão no cerne de suas ações.

Neste caso, a promessa do sistema de mercado auto-regulável de prosperidade e oportunidade igual para todos não consegue mais se manter. A lógica utilitarista da competitividade, do auto-interesse material como natural à vida humana, perde força diante da experimentação de formas coletivas de produção baseadas em relações de reciprocidade e ajuda-mutua. Com isso, o entendimento da vida social ser organizada pela lógica do mercado, cede espaço para vozes e práticas da sociedade que reclamam para si, o poder de definir os significados da própria ação. Portanto, não é uma busca de um padrão de vida igual para todos, de redistribuir rendas sem mudar a estrutura que gera a injustiça, mas antes é uma forma de reação da sociedade frente a um sistema que controla e, ao mesmo tempo, nega o acordo firmado intersubjetivamente na sociedade.

Esta reação ganha status de movimento social, a partir do momento, que sua ação é contestatória e se vincula a uma política cultural de re-significação. Como vimos acima, a formação dos Fóruns e Redes, trazem como princípio a autonomia dos sujeitos frente ao mercado. Suas ações se pautam através de proposições de alternativas, seja de organização da produção, seja de exercício da cidadania. Nestes fóruns e redes, há uma agregação de

* Membro do Grupo de Estudos de Economia Solidária do Centro de Estudos Sociais - ECOSOL CES : <http://www.ces.uc.pt/ecosol>

ações provenientes dos diversos atores que os constituem. Mas, a partir do momento em que esses atores migraram para este campo de ação comum e buscaram publicizar a economia solidária, para o conjunto da sociedade, esta passa a ser encarada, portanto como um movimento social próprio.

Este movimento social da economia solidária aproxima, redistribuição e reconhecimento, ou questões materiais e questões éticas, no momento em que coloca como seu objetivo gerar renda para os excluídos do sistema de mercado capitalista, tendo em mente que isto é possível a partir do momento que estes se re-posicionam diante dos processos de exclusão, tornando-os, portanto participantes ativos do processo de construção dos significados de suas ações.

* Membro do Grupo de Estudos de Economia Solidária do Centro de Estudos Sociais - ECOSOL CES : <http://www.ces.uc.pt/ecosol>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. 2000 *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG
- ARENDT, Hannah,. 1995. *A condição humana*. 7a ed. rev. Rio de Janeiro: Forense-Universitaria,
- ARISTÓTELES. 1998. *A política*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes
- BRASIL/ SENAES/ MTE. 2005a. *Termo de Referência: Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia solidária no Brasil*.
- BRASIL/ SENAES/ MTE. 2005b. *Termo de Referência: Centros Públicos de Economia Solidária*
- CORAGIO, José Luis. 1994. *A Construção de uma Economia Popular como Horizonte para as Cidades sem Rumo* In RIBEIRO, Luiz César & JUNIOR, Orlando A. dos Santos (orgs). *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CARNEIRO, Vanderson Gonçalves. 2006. *Da Dimensão Econômica à Dimensão Política: A Economia Solidária sob a Perspectiva do Conflito Social*. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Mestrado do Departamento de Ciência Política – DCP/FAFICH/UFMG. Belo Horizonte. Mimeo.
- DOIMO, Ana Maria. 1995. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara: ANPOCS
- DURHAM, Eunice Ribeiro. 1978. *A reconstituição da realidade: um estudo sobre a obra etnográfica de Bronislaw Malinowski*. São Paulo
- FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária. 2006. Carta de princípios. (disponível no site: www.fbes.org.br)
- FRASER, Nancy e HONNETH, Axel. 2003. *Redistribution or Recognition? A political-philosophical exchange*. London/ New York: Verso, 2003
- FRASER, Nancy. 2001. *Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista*. in: SOUZA, Jessé (org.) *Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Ed. UnB, 2001, p. 245-282.

* Membro do Grupo de Estudos de Economia Solidária do Centro de Estudos Sociais - ECOSOL CES : <http://www.ces.uc.pt/ecosol>

GAIGER, Luis Inácio 2005. *A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários*. SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA XII Congresso Brasileiro de Sociologia. Belo Horizonte.

_____. 1996. *Empreendimentos solidários. Uma alternativa para a economia popular?* In Formas de Combate e de resistência à pobreza. Luis Inácio Gaiger (Org).

GOHN, Maria da Gloria 2003. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis (RJ): Vozes

_____. 1995. *Historia dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola.

GT Brasileiro de economia solidária. 2003. *Do FSM ao Fórum de economia solidária*. III FSM.

GUIMARÃES, Juarez. 2004. *As Culturas Brasileiras da Participação Democrática* In. A participação em São Paulo, AVRITZER, Leonardo. São Paulo: Ed. da UNESP.

HIRCHMAN, Albert 1986. *O. El avance en colectividad: Experimentos populares en la América Latina*. Fondo de Cultura Economica, México.

_____. 1979. *O. As paixões e os interesses : argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

HONNETH, Axel. 2003. *A luta pelo reconhecimento. A gramática dos conflitos sociais*.

LISBOA, Armando de Melo. 2005. *A crítica de Karl Polany à utopia do mercado*. Disponível via: www.ecosol.org.br

MALINOWSKI, Bronislaw. 1976. *Argonautas do Pacífico Ocidental : um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia*. São Paulo.

MELUCCI, Aberto. 1999. *Acción Colectiva, vida cotidiana y democracia*. México: El Colegio de México, Centro de estudios sociológicos.

NOËLE Lechat. 2003. *Economia Moral. Um bom conceito para pensar a economia solidária?* In. Revista de Ciências Sociais Unisinos. Nº. 159.

POLANY, Karl. 1980. *A Grande Transformação. As origens da nossa época*. Ed. Campus, RJ.

* Membro do Grupo de Estudos de Economia Solidária do Centro de Estudos Sociais - ECOSOL CES : <http://www.ces.uc.pt/ecosol>

- SAHLINS, Marshall David. 2003. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- SANTOS, Boaventura de Sousa & AVRITZER, Leonardo. 2002. *Introdução. Para ampliar o cânone democrático*. In Democratizar a Democracia. Os caminhos da democracia participativa. Reinventar a emancipação social. Para novos manifestos. Vol. 1. Boaventura de Sousa Santos (Org.) RJ, Civilização Brasileira.
- _____. 2002. *Introdução. Para ampliar o Cânone da produção*. In Produzir para Viver. Os caminhos da produção não capitalista. Reinventar a emancipação social. Para novos manifestos. Vol. 2. Boaventura de Sousa Santos (Org.) RJ, Civilização Brasileira.
- SANTOS, Antonio Bob. 2005 A necessidade de uma economia solidária: A visão de Karl Polany sobre os mercados.
- SEN, Amartya 2000. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras
- _____. 1999. *Sobre Ética e Economia*. Cia. das Letras.
- _____. 1992. *Comportamento econômico e sentimentos morais*. In Revista Lua Nova. Nº. 25 Ano.
- SINGER, Paul. 2002. *Introdução a economia solidária*. SP. Ed. Fundação Perseu Abramo.
- _____. 2002. *Economia solidária*. In Produzir para Viver. Os caminhos da produção não capitalista. Reinventar a emancipação social. Para novos manifestos. Boaventura de Sousa Santos (Org.) RJ, Civilização Brasileira.
- SINGER, Singer e SOUZA André Ricardo. 2000. *A Economia Solidária no Brasil: A Autogestão Como Resposta ao Desemprego*. Editora Contexto (São Paulo, SP)
- SMITH, Adam. 1983. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 2v.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. 1998. São Paulo: Companhia das Letras
- WEBER, Max. 1997. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 12.ed. São Paulo: Pioneira

* Membro do Grupo de Estudos de Economia Solidária do Centro de Estudos Sociais - ECOSOL CES : <http://www.ces.uc.pt/ecosol>